

O desafio de incluir os professores

Nos Estados, o grande desafio na definição de políticas públicas na área de educação é o conteúdo pedagógico, adequado para o novo modelo de ensino.

A inclusão das escolas no novo cenário, já não tão novo assim, da informática, com equipamentos e conexão à Internet, já é uma realidade no país. Apesar de ainda estar longe da universalização, é crescente o número de escolas das redes de ensino fundamental e médio informatizadas. Em Estados, como o de São Paulo e do Paraná, do ponto de vista de infra-estrutura, a inclusão digital nas escolas é um assunto praticamente resolvido.

Dados da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE) de São Paulo, mostram que, das 5,4 mil escolas, 95% estão informatizadas com laboratórios e 2,6 mil têm acesso à Internet com recursos de banda larga. Apesar de esse índice ser um dos maiores entre os Estados, Marcos Pessoa, gerente de P&D e tecnologias educacionais da FDE, sinaliza que o número de computadores por aluno ainda está longe do desejável.

Além da infra-estrutura, São Paulo investiu R\$ 314 milhões em informática pedagógica, que inclui ações direcionadas aos alunos, como o Trilha de Letras e Números em Ação e o Aluno Monitor. “Entre janeiro de 2005 e julho de 2006, cerca de 151 mil alunos, do ensino fundamental e médio, passaram por algum tipo de treinamento”, contabiliza Pessoa. No entanto, a maior batalha de São Paulo, de acordo com o gerente, vem sendo ensinar os professores a lidar com as tecnologias como ferramenta aliada. “Sem que o professor compreenda e assimile a tecnologia, não há inclusão digital. E esse é um caminho longo que vem sendo percorrido desde 97, quando o primeiro computador chegou à rede estadual”, lembra Pessoa. Já foram capacitados 276 mil professores, aptos a trabalhar com 77 tipos de software pedagógicos. E nos 90 Núcleos Regionais de Tecnologia (NTEs), São Paulo mantém a Rede do Saber, pela qual 9 mil professores já receberam cursos a distância. “Todo esforço ainda é pouco para incluir o professor no contexto da tecnologia”, avalia. E foi buscando um trabalho de universalização da informática que a Secretaria de Educação criou o Programa Inclusão Digital para

Professores, que permitiu que o efetivo da rede estadual adquirisse computadores com preços subsidiados. No Paraná, o programa Paraná Digital tem como meta equipar as 2,1 mil escolas da rede estadual com laboratórios de informática conectados a Internet. Segundo Jefferson Schreiber, assessor de TI da Secretaria de Estado da Educação, até o final deste ano 1,2 mil escolas já estarão com seus laboratórios em funcionamento. Para solucionar o problema do conteúdo, foi criado o portal Dia-a-Dia Educação e desenvolvido, pela Secretaria de Educação, em parceria com a Celepar, o software APC (ambiente pedagógico colaborativo). O APC é um suporte pedagógico que auxilia o professor na elaboração de aulas – os professores podem, além de pesquisar, publicar conteúdo – com recursos como sugestão de sites, livros, biblioteca de sons, vídeos, fotos e notícias. Além de oferecer conteúdos diferenciados em quatro ambientes – escolas, professores, alunos e comunidades – o portal (www.diaadiaeducacao.pr.gov.br) tem ainda a ferramenta de pesquisa Leitura Online, que oferece ao usuário acesso a 200 obras nacionais.

A aposta na educação a distância

Como já faz São Paulo com a Rede do Saber, Goiás ensaia a sua iniciativa nessas águas. Para Claudia Tomaz, gerente de TI da Secretaria de Educação, o futuro da informática no ensino público está na educação a distância – seja para professores, seja para alunos – por videoconferência. E a Secretaria já está testando alguns software, entre eles o Breeze, da Macromedia, para interligar 38 regionais de ensino. “A implementação, para atender toda a rede em 246 municípios, deve ser iniciada no próximo ano”, conta Claudia Tomaz. Mesmo sem a rede remota, Goiás começou a fazer a lição de casa. Dos 37 mil professores, 10 mil foram capacitados, por meio de parcerias com a Fundação Roberto Marinho, a Microsoft e a Intel. Apesar de ser um número significativo, para Claudia ainda está longe

do ideal. “Com a rede a distância, ficará mais fácil ensinar ao professor como trabalhar a tecnologia como elemento do cotidiano”, acredita ela. Outro projeto que deverá compor a estratégia de ensino a distância, também em 2007, é a construção de um portal educacional. “Além do conteúdo desenvolvido pela Secretaria, as próprias escolas serão convidadas e estimuladas a produzir conteúdo”, diz Cláudia. Goiás também quer inovar com o modelo de laboratório. Atualmente, das 1,1 mil escolas, 252 têm laboratórios que atendem 350 mil alunos. Dos laboratórios, 150 são do Proinfo e 102 operam em um modelo desenvolvido pelo Estado, denominado Cyber Escola. O Cyber é composto por 22 máquinas sem memória (HD), conectadas a um servidor de Internet, e o armazenamento é feito em um *datacenter* contratado, e cada aluno tem direito a 10 Megabytes de espaço para guardar suas informações. Cláudia estima que até o final deste ano outros 200 Cyber Escola devem estar prontos para o próximo ano letivo. Para essa nova leva de laboratórios, a Secretaria assinou um contrato de R\$ 32 milhões com a Brasil Telecom, que vai entregar 4,4 mil equipamentos, bem como cuidar da gestão da rede e fornecer os serviços de suporte. O Rio Grande do Sul também está bem adiantado nas iniciativas de informatizar as escolas. Das 3 mil escolas, cerca de 70% têm laboratórios com dez equipamentos cada, o que corresponde a uma rede composta por 21 mil equipamentos, dos quais 3 mil foram doados num convênio com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) e outros 3,7 mil vieram por intermédio do Proinfo. Apesar da rede de laboratórios, o Centro de Apoio Tecnológico (Cate) do Estado entende que o principal nó para que a tecnologia seja utilizada como ferramenta de ensino é a formação dos professores. “A tecnologia evoluiu rapidamente, mas a formação acadêmica dos professores não acompanhou. As universidades não têm grade de informática e eles chegam à rede sem preparo”, reclama Márcia Calazans, coordenadora do Cate. O mais preocupante, na visão da coordenadora, é a falta de cultura. “Não só não estão preparados, como os professores têm medo de perder sua autoridade, sua presença na sala de aula”, analisa. A primeira medida do Rio Grande do Sul para resolver o problema foi ampliar de 12 para 30 os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs). Márcia explica que todas as Coordenadorias Regionais de Ensino ganharam um núcleo para atender os 80 mil professores ativos que trabalham nos 412 municípios do Estado. “As NTEs funcionam como o principal contato pedagógico e tecnológico

entre o Estado e a rede de ensino”, explica. Além de aculturar os professores, o governo do Rio Grande do Sul tem duas outras preocupações: o acesso à Internet nas escolas e o custeio dos laboratórios. Atualmente, apenas 50% dos 2,1 mil laboratórios estão conectados à *web*. A negociação com as empresas de telecomunicações, segundo Márcia, é muito difícil, já que o governo não tem como investir na abertura de portas de acesso nas regiões mais distantes. “Há bairros de Porto Alegre que não têm acesso”, afirma Márcia. E mais, o Estado ainda não descobriu qual será o futuro desses laboratórios instalados e teme pelo sucateamento. “Não se tem uma noção específica do valor total do custeio da rede atual. Sabemos que a evolução tecnológica é bastante veloz e nos perguntamos se haverá um modelo para se manter toda a estrutura atual sem pesar no orçamento do Estado”, questiona. Em Santa Catarina a inclusão digital percorre dois caminhos: conteúdos educativos e concessão de subsídios para a compra de equipamentos. No primeiro caso, o Estado assinou um convênio com a Universidade de Jaen (Espanha) para integrar sua rede de ensino ao portal E-Culturas (www.e-culturas.org). De acordo com Adriano Vieira Nunes, assessor da Secretária de Educação de Estado, a parceria vai trazer para as escolas catarinenses um ambiente de ferramentas pedagógicas digitais, que servirão de instrumento de aprendizagem e inclusão digital. “O portal, também acessado por alunos do Equador e Paraguai, vai promover um intercâmbio cultural entre os alunos das escolas brasileiras e latino-americanas com foco nos aspectos multissociais”, explica Nunes. O projeto-piloto terá início com duas escolas de ensino fundamental da capital Florianópolis, mas a meta é estender o acesso para todas as 1,1 mil escolas onde há salas informatizadas. Na outra ponta, a do professor, Santa Catarina está seguindo o exemplo de São Paulo, e desenvolve um programa de universalização do acesso. Denominado Professor Virtual, o programa se baseia na criação de um modelo de negócio de financiamento de microcomputadores para os professores da rede pública. Segundo Nunes, o projeto está sendo desenhado para o próximo ano e trará quatro opções de máquinas (dois *desktops* e dois *notebooks*) à disposição dos professores. Ao mesmo tempo, o Estado assinou um protocolo com a Intel para a capacitação dos professores. “Não adianta o corpo docente ter acesso a computadores, se não estiver apto a incorporar as tecnologias à sua aula”, apregoa.